

ENTREVISTA



Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa - Coordenador do NIEVCi / UFMT¹

*Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e
Enzi Cerqueira de Almeida Júnior*

RESUMO BIOGRÁFICO

Possui graduação em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1979), especialização em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso (1991), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso; revisor do periódico “Temas em Educação e Saúde” (Araraquara); Pesquisador colaborador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Membro de corpo editorial da revista

¹ Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania da Universidade Federal de Mato Grosso.

ENTREVISTA DE NALDSON RAMOS DA COSTA - PROFESSOR DOUTOR COORDENADOR NO NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E CIDADANIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.

“Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública” e nossa RHM. Tem experiência na área de Sociologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Ofício de Polícia, Polícia, Segurança Pública, Sociologia da Polícia, Violência e Violência Policial.

RHM: Professor, o papel das polícias na sociedade é algo questionado e discutido ao longo de nossa história desde o seu processo civilizatório e sempre surgem novos paradigmas sobre a temática polícia. Como o senhor estabelece essa relação polícia e sociedade e o papel das polícias no mundo e no Brasil?

A sociedade desde o seu processo civilizatório, no século XVIII, escolheu um modelo de controle social baseado num grupo ou corpo de profissionais que tinham e que tem o poder de polícia como forma de reduzir os atritos existentes entre as relações sociais e também para proteger a vida e o patrimônio das pessoas. Nesse aspecto, eu diria que a polícia moderna tem um papel muito importante na sociedade mundial e também na sociedade brasileira. A atividade de polícia é uma atividade eminente vinculada à vida, à sociedade, à polis. Não se pode, não se consegue viver na sociedade, na cidade, na polis, sem um mínimo de regras e que, de fato, essas regras tenham um controle sobre as pessoas. A polícia é a fiscalizadora de todas as regras, de todas as leis que o parlamento propõe, e aprova e que o Executivo tem que executar. Dentro do Executivo, então, compete às polícias fiscalizar e ao mesmo tempo promover o bom funcionamento dessas leis, dessas normas, facilitando dessa maneira, a vida em sociedade. Todavia eu entendo que o papel das polícias não é apenas esse papel de fiscalizadora da lei e das normas. A polícia também é uma instituição importantíssima na promoção da cultura de segurança, de promoção da cidadania e da civilidade e isso independe de lei e de norma como orientação. Como pacificadora, a polícia tem um papel importante para além daquilo que está previsto na norma ou na lei. Ou seja, não me refiro à polícia somente com o papel para prender ladrão ou só para prender bandido. Polícia é, também, para gerar, garantir a sensação de segurança no interior da sociedade e promover assim essa paz que almejamos em toda a sociedade, gerando uma segurança pra todo o cidadão; não só em relação aos seus bens materiais, mas também em relação a sua vida.

RHM: Trilhando nessa temática e no contexto da segurança pública, como o senhor avalia a relação entre a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e a Universidade Federal de Mato Grosso?

Historicamente eu diria que as universidades públicas brasileiras estiveram, digamos assim, “de costas” para as polícias e para a formação policial. A justificativa para esse estranhamento que ocorreu durante um bom tempo e uma falta de confiança para aquilo que as polícias faziam e fazem está relacionado a um período autoritário em que as polícias militares foram utilizadas pelo regime de exceção do governo militar de 1964 para reprimir presos políticos, estudantes, líderes religiosos, líderes sindicais. Ou seja, na verdade, nesse período a polícia serviu de instrumento de força para controlar as atividades políticas dentro de nosso país e acabou reforçando o regime de exceção. Eu diria que essa é a causa do estranhamento. Foi a causa do afastamento das universidades das polícias e daquilo que elas faziam para a sociedade, do serviço que elas prestavam para a sociedade. A partir de 1988, com a Constituição Cidadã e redemocratização do país, outro cenário se apresentou pra toda a sociedade. Era preciso rever alguns procedimentos, algumas formas de atuação, à luz dos avanços das conquistas democráticas que foram conquistadas nas ruas. As áreas da segurança pública e das polícias, também foram afetadas com essas mudanças democráticas e, assim, as polícias deixam de ser o que elas eram, até então meramente reprodutora da força e da exceção que estava em jogo, para se colocar agora como uma atividade eminentemente voltada para a proteção dos direitos garantidos pela nossa Constituição. Então, a Universidade Federal de Mato Grosso, por exemplo, a partir dos anos 2000, começou, também, através de alguns pesquisadores a olhar com mais atenção para o fenômeno da violência e a relação que essa violência tem com a atividade policial. Quando se fala em violência associa-se, então, à instituição ou instituições responsáveis diretamente pelo controle da violência que são as instituições policiais; no caso brasileiro, as polícias militar e civil. Nesse sentido dessa retomada democrática a Universidade Federal de Mato Grosso e alguns pesquisadores que começaram a tratar a questão da violência tiveram que se aproximar das polícias para entender o porquê desse fenômeno da violência e dessa criminalidade. A UFMT e esses pesquisadores que começaram a discutir a violência

verificaram a necessidade de conhecer melhor aquilo que a polícia fazia e verificar em que medida nós professores, como produtores de conhecimento, poderíamos estar contribuindo na formação desses policiais que atuam no controle, na repressão e na investigação dessas violências que ocorrem cotidianamente no cenário do Estado de Mato Grosso. Em 2003, nós aqui da UFMT, nos reunimos para entender que a universidade sozinha, com todo o conhecimento que ela produz, sem a participação dos profissionais de segurança, não teria condições de responder aos desafios que estavam sendo colocados no que diz respeito à pesquisa, à extensão e à formação e à capacitação de recursos humanos. Resgatando um pouco a história, desde 1993, eu diria que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso já buscou uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso para realização dos vestibulares para fazer a seleção dos que iriam ingressar como Oficiais da Academia da Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande. Essa parceria foi o primeiro passo para a aproximação da UFMT com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. E esse trabalho não era só para fazer o vestibular e de selecionar os candidatos a Oficiais, mas também, ressalto, no convênio havia o protocolo de que a universidade disporia de alguns professores de algumas áreas civil para contribuir com essa formação desses policiais. De 1993 até basicamente 2004 esse convênio ainda vigorava. Posteriormente passou para a Universidade do Estado de Mato Grosso, mas eu diria que essa aproximação entre o ensino policial e o ensino civil, ensino produzido nas universidades começa a produzir os seus frutos e dá resultados que eu considero positivos. A partir de 2003, quando da criação do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania - NIEVCi, nós reforçamos esses laços com a Academia da Polícia Militar Costa Verde através do Coronel PM Almir Balieiro que nos convidou para integrar o quadro de docentes e instrutores na formação dos Oficiais. Eu diria que esse foi um passo importante porque aproximou a Universidade Federal de Mato Grosso, aproximou alguns professores, aproximou a PMMT da universidade e a partir daí essa parceria produziu importantes resultados na discussão do modelo, do paradigma de segurança, das violências que se encontram difusas na sociedade mato-grossense. Possibilitou estudos conjuntos e essa parceria ainda permanece produzindo resultados porque, mesmos que nós não mais estejamos diretamente na seleção dos

Oficiais, mesmo assim não perdemos esse vínculo e continuamos esse trabalho, inclusive trazendo curso de formação em nível de pós graduação pra dentro da universidade como uma forma de reforçar aquele conhecimento, aquela formação que se adquire dentro das academias e dos centros de formação profissional para os praças e oficiais. Então, essa parceria é muito importante e eu penso que não podemos, apesar dos problemas, das relações e das dificuldades institucionais enfrentadas, não podemos deixar que essa parceria caia no vazio ou no esquecimento. É um desafio de mão dupla que deve partir tanto das polícias quanto da própria universidade federal no sentido de aprofundar essa parceria e continuar produzindo resultados e diagnósticos na formação, na qualificação em pesquisa, atividades de extensão voltadas para a melhoria dos serviços que as polícias prestam para a sociedade mato-grossense.

RHM: Nesse pensamento crítico sobre as ações de segurança pública e as políticas públicas como a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso tem se apresentado sob um olhar acurado da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso?

O papel constitucional das polícias garantido pela Constituição de 1988 está sendo praticado da forma como está prevista pelo artigo 144. O legislador entendeu na oportunidade da reformulação da nossa Constituição que deveríamos continuar com o modelo que vinha sendo posto em prática, ou seja, duas polícias. Uma, a militar, responsável pela prevenção e pela repressão, e a polícia civil judiciária, responsável pela investigação. Em relação à Polícia Militar e Civil do Estado de Mato Grosso eu diria que muita coisa já mudou pra melhor. Primeiro, essa parceria entre a Universidade e as Polícias, honestamente, eu acho que contribuiu bastante para o entendimento do que é segurança pública, do que é atividade de polícia dentro de uma sociedade democrática. Eu diria que a Polícia Militar aqui em Mato Grosso ela vem passando por um processo de reformulação de seus quadros bastante importante. Com uma capacitação cada vez mais pautada num paradigma não só da repressão, mas pensando também a prevenção, pensando a promoção de uma sensação de segurança que não se resume apenas numa repressão ao crime. Mas

também atividades de interlocução, projetos sociais, interlocução com a sociedade, atividade, por exemplo, de polícia comunitária. Ela possibilitou bastante essa aproximação da polícia com a sociedade. A sociedade passou também a perceber a importância da polícia, passou a ser parceira da polícia, porque essa parceria da Polícia com a sociedade é fundamental para avaliar, para aferir a eficiência do resultado do trabalho que ela presta para a sociedade. Nós já tivemos no passado aqui no Mato Grosso, em determinados governos, a ação policial muito pautada apenas na repressão, apenas na atividade de prender bandido. Nessa atividade de atuar apenas na repressão ou fundamentalmente na repressão, apenas se produzia excessos e muitos erros na atividade policial da Polícia Militar e da Polícia Civil. Houve secretários que acharam que o papel das polícias era de prender e até eliminar bandidos, que essa era a atividade das polícias. Isso felizmente mudou, fundamentalmente a partir dos anos 2000 para cá, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e também a Polícia Civil, através da renovação dos seus quadros profissionais na área da gestão, na área estratégica, dos Oficiais, dos delegados e também das praças que ingressaram a partir de 2000, encontraram outro contexto político, econômico e social. E nesse contexto a atividade policial passa a ser pautada no respeito aos direitos humanos, na cidadania; a sociedade passou a ter um maior controle da polícia, passou a não temer mais a polícia e quando acontecem ou ocorrem (ainda) alguns excessos a Corregedoria, o Ministério Público, os movimentos sociais e até as Ouvidorias de Polícia têm contribuído muito para a apuração desses fatos e ao mesmo tempo têm identificado os responsáveis por essas atitudes baseadas na exceção, na truculência. E muitos deles têm sido punidos exemplarmente e isso só aproxima a polícia da sociedade. O cidadão passa a confiar mais no controle que ele tem da atividade policial. Eu vejo que a relação que a Polícia Militar e Civil tem com a sociedade mato-grossense mudou muito e para melhor e queremos continuar contribuindo com essa forma de entender a segurança pública, não pautada apenas na repressão, mas num conjunto de políticas públicas sociais e de segurança voltada para defesa da cidadania e dos direitos humanos.

RHM: O paradigma de polícia brasileira atual é caracterizado pelo ciclo incompleto de polícia. Há muitas críticas sobre esse paradigma e as discussões sobre a desmilitarização (polícias militares) e/ou unificação das forças policiais ganham força e espaço. É preciso reformular esse sistema e pensar noutro paradigma de polícia?

Esse debate iniciou-se na Constituição ou na Constituinte de 1988. Um conjunto de pesquisadores, de intelectuais e de membros do Poder Judiciário entendia que o ciclo de polícia da forma como estava estruturado na Constituição Militar gerava um descompasso no resultado do trabalho das duas polícias. Uma polícia que faz a prevenção e repressão separada de uma polícia que faz a investigação. O chamado ciclo seccionado da atividade policial era visto e ainda é visto hoje como sendo responsável por uma grande parte da impunidade, pela concorrência de duas estruturas policiais, pela ineficiência e possibilitando assim uma desvinculação de uma atividade que para o cidadão é única. Ou seja, o crime acontece, o cidadão não quer saber qual é a polícia que vai investigar, que vai produzir o resultado. Ele quer saber qual é o resultado que se produziu dessa atividade, seja ela de prevenção, seja ela de investigação. E na Constituinte de 1988 foi fortemente debatida a questão da unificação das polícias, mas já estava cristalizada, eu diria duas culturas: uma cultura bacharelesca, uma cultura do judiciário e a cultura da atividade de rua, da atividade de controle social mais próximo do cidadão; estar próximo dos problemas da comunidade. A cultura bacharelesca é a cultura de gabinete que atua na investigação do fato depois que ele já ocorreu e por algum tempo, às vezes, meses e até anos, o processo [inquérito policial] fica parado dentro dos gabinetes das delegacias de polícia. Essas duas culturas acabaram se refletindo dentro do parlamento que entendeu que não havia como colocar, conciliar a cultura do policial militar com a cultura judicial do policial civil. Cada qual viam interesses corporativos, políticos que seriam prejudicados caso houvesse uma unificação. Assim os coronéis queriam manter o seu prestígio sobre a tropa, como os delegados queriam manter a exclusividade sobre a investigação. Daí a permanência do ciclo seccionado de atividade policial na Constituição de 1988. Após o debate de 1988, a sociedade continuou discutindo e refletindo se esse paradigma de polícia ou de ciclo de polícia de fato produz segurança, eficácia e eficiência pra

sociedade e a resposta que encontramos nos fóruns que tenho participado no Brasil todo é que esse ciclo é ineficiente, é pesado, é desarticulado e que precisaria ser reformulado urgentemente. Por outro lado fala-se também da desmilitarização das polícias. E porque esse assunto sempre vem à baila, vem à tona? A nossa polícia militar é uma cópia do Exército Brasileiro, da atividade do Exército Brasileiro. No que diz respeito às suas instruções, ao modelo de hierarquia, temos uma pesada hierarquia com treze posições hierárquicas dentro das funções que vão de soldado a coronel; duas formas de ingresso, assim como a polícia civil também tem duas formas de ingresso, a dos delegados que são bacharéis e a dos investigadores e escrivães que são carreiras distintas. Consequentemente a gente tem observado, em relação ao militarismo, que essa cultura militarista que se fez na formação da Polícia Militar, por ela estar vinculada ao Exército Brasileiro, acabou reproduzindo uma imagem que eu diria distorcida do crime ou da criminalidade, muitas vezes considerando o crime como algo muito ruim para a sociedade a ponto de identificá-lo com o criminoso e considerar este um inimigo da ordem e um inimigo da própria sociedade. E o tratamento disto, a forma como se trata o crime e a criminalidade, muitas vezes, no viés militarista, acaba influenciando na atividade de prevenção e atividade de repressão ao crime. Muitas vezes, não se reprime o crime, mas sim o criminoso. A atividade de polícia tem que dissociar o crime do criminoso. Ela, polícia, está ali para reprimir o crime e conter o criminoso, deter o criminoso e entregar esse criminoso para a autoridade judicial fazer o devido processo legal com direito a ampla defesa e posteriormente um julgamento da culpabilidade ou não desse indivíduo. Pois então, o militarismo não tem a ver especificamente com a estética militar, mas tem a ver com uma filosofia de segurança pública que acredita que a função de um policial militar tem a função de defesa da ordem a qualquer custo, a qualquer preço e em muitas das vezes abusando do direito do cidadão e dos direitos humanos. Nesse sentido eu entendo também que a atividade policial militar deve ser desvinculada do controle do Exército, pois que a atividade de polícia é uma atividade eminentemente civil. Tem-se que rever em grande medida o que está posto no regulamento das polícias militares. Ali ainda existem exceções que acabam ferindo a dignidade do policial militar, interferindo dentro da atividade policial, ao

não tratar do devido processo legal com amplo direito de defesa, o que acaba, por vezes, atrapalhando o desenvolvimento da atividade policial, contribuindo para uma visão negativa daquilo que ele faz em relação ao controle da criminalidade. Eu sou favorável a uma polícia única, com ingresso único, com formação única. No ato da seleção, da formação, o cidadão, o profissional deveria escolher qual caminho seguir, se seria o caminho da prevenção, da repressão ou, para aqueles que tivessem perfis e interesses, o caminho da investigação. Ou seja, uma polícia única, uma polícia com ciclo completo que possibilitasse o atendimento da ocorrência com todos os levantamentos preliminares; investigação para se chegar à responsabilização e identificação do resultado daquele crime; sendo posteriormente encaminhado o procedimento para o Judiciário para o devido proferimento de sentença em relação àquela conduta. O ciclo completo de polícia e a reforma dos artigos 23 e 144 da Constituição Federal são necessidades urgentes. A reforma política tanto tempo esperada aqui no Brasil, que vem sendo prometida pelo governo federal sucessivamente precisa ser encaminhada com urgência porque o nosso modelo atual de polícia, num ciclo incompleto, seccionado, não tem contribuído para melhorar a eficácia e eficiência da polícia. Uma polícia com ciclo completo vai nos garantir com certeza resultados diferentes desses que nós temos assistidos, ou seja, uma taxa de criminalidade elevadíssima e uma taxa de esclarecimento dos crimes baixíssima. Então esse é o resultado desse modelo atual, enquanto nós não modificarmos a receita da nossa segurança pública, nós não vamos produzir resultados diferentes.

RHM: Recentemente um novo levantamento realizado por uma ONG mexicana apontou Cuiabá como a 16ª cidade mais violenta do mundo, a quem se atribui essa responsabilidade? É possível realizar um diagnóstico a reverter esse quadro?

Quando se fala de culpa não dá para identificar um culpado exclusivamente, o artigo 144 da Constituição assegura que a segurança pública é um direito do cidadão, um dever e responsabilidade do Estado, mas também é responsabilidade de todos. Todos nós somos responsáveis pela nossa segurança e pela segurança dos que se encontram ao nosso redor. Nós precisamos contribuir para que vivamos um

ambiente de paz, um ambiente pacífico onde os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica e não de forma violenta. Mas, Cuiabá, infelizmente, é uma das capitais mais violentas do Brasil e do mundo. Qual é a explicação para isso e as responsabilidades? Eu começaria, por exemplo, pensando naquilo que acabei de mencionar, que é o artigo 23 da nossa Constituição que trata da responsabilidade dos entes federados: município, Estado e União. Pelo atual modelo da nossa Constituição, o município ficou fora da responsabilidade da segurança pública, ele não tem competência para agir sobre segurança pública, da mesma forma a União ficou fora da responsabilização da segurança pública, porque o artigo 144 da Constituição atribui aos Estados, às Unidades da Federação, a responsabilidade de organizar as forças policiais e de promover a prevenção, a repressão e investigação do crime. É de responsabilidade das Unidades da Federação o modelo atual. O cidadão vive no município, ele não está dentro do Estado e da União. É no município que ocorre os conflitos e ali precisa ter sua organização. Isto diz respeito à participação dos municípios em estabelecer e proporcionar melhor qualidade de vida ao cidadão que ali se domicilia. E isso diz respeito às pavimentações das ruas e avenidas e sua trafegabilidade, serviços de coletas e recolhimento dos lixos, ao fornecimento de água potável e energia elétrica; diz respeito ao funcionamento dos postos de saúde, funcionamento das escolas, iluminação pública, à poda de árvores, ao saneamento básico. Tudo isso está dentro dos municípios e boa parte desses serviços é de responsabilidade dos municípios. Inclusive é de responsabilidade dos municípios a fiscalização das leis municipais aprovadas dentro das câmaras municipais, dos códigos de posturas, do funcionamento dos serviços municipais e dos serviços particulares, os serviços essenciais que as prefeituras prestam ao cidadão. Eu diria que os municípios têm andado muito distante e de maneira desarticulada das políticas de segurança pública, além de não cumprirem aquilo que é de responsabilidade, ou seja, gerar essa sensação de segurança nos bairros, no interior da sociedade, nas cidades, em especial em Cuiabá; refiro-me à Cuiabá e à Várzea Grande. Em segundo lugar, eu diria que a Polícia Militar, falando da responsabilidade da Polícia Militar, é responsável diretamente pela segurança do patrimônio e da vida do cidadão, mas, muitas das vezes, age desarticuladamente

dessas políticas públicas municipais. Não procura os prefeitos e os vereadores, não procura fazer um trabalho integrado, principalmente a atividade de prevenção em conjunto com o município. Nós temos a filosofia de polícia comunitária e temos várias Bases instaladas aqui em Cuiabá, em Várzea Grande e em algumas cidades do interior, só que às vezes essa atividade de polícia comunitária acaba acontecendo de forma desarticulada dos projetos e das ações da prefeitura. Com isso eu diria que a responsabilidade sobre a violência e criminalidade que torna Cuiabá uma cidade insegura e violenta recai sobre o município e o Estado. Nesse caso há falta de um trabalho mais articulado da Polícia Militar em relação à prevenção e de um trabalho de repressão mais qualificado. O que eu chamo de um trabalho de repressão mais qualificado? É um trabalho que faça a repressão baseada também num trabalho de inteligência, num trabalho de análise criminal, num trabalho que faça um diagnóstico das variáveis que estão gerando a insegurança, a violência e a criminalidade no interior das cidades, no caso da cidade de Cuiabá e Várzea Grande. Por outro lado, o Estado, também, falha porque segurança pública não se faz só com atividade de polícia. O Estado falha nas políticas sociais fundamentais para dar segurança ao cidadão. Eu me refiro à política de qualificação profissional, principalmente para os jovens, me refiro à educação de responsabilidade do Estado (ensino fundamental, médio e técnico profissional), me refiro também à responsabilidade do Estado no que diz respeito às atividades de esporte e lazer nessas comunidades. Refiro-me também às atividades do Estado voltadas para a questão da cultura, promoção da cultura, as atividades culturais para a sociedade, como exemplo, aulas de violão, artes marciais, esportes, lazer, teatros, atividades artesanais. Todos esses serviços juntos articulados entre prefeitura, governo do Estado e os projetos do governo federal fortalecem os laços de solidariedade e fazem com que indivíduos se integrem dentro dessas atividades de forma saudável e disciplinada para uma boa formação, uma boa conduta para ele sair dali com um mínimo de conhecimento acerca de suas habilidades e suas responsabilidades diante da sociedade. Essa falta de oportunidade, principalmente para o jovem, é em grande medida o que explica o porquê que eles [jovens] acabam indo para o mundo das drogas e até mesmo se envolvendo com atividades criminosas, ilícitas e acabam se perdendo diante da falta

de orientação da família, da escola e das igrejas e da falta de políticas sociais. Há falta de oportunidades para o sujeito portador de direitos no contexto de suas participações e inserção social. O jovem desempoderado é um jovem que acaba tendo que tomar decisões por conta própria porque não tem ninguém lhe acolhendo, lhe aconselhando, controlando as suas atividades, os seus ímpetos. O grupo de referência dele passa a ser o próprio jovem que não tem a dimensão e a maturidade que um adulto tem para tomar suas decisões. Concluindo, eu diria que Cuiabá é uma das cidades mais violentas porque falta uma articulação da atividade de prevenção que se realiza pela prefeitura e pelo governo do Estado. Ainda, a atividade de repressão realizada pela Polícia Militar também é muito desarticulada e por outro lado a Polícia Judiciária Civil tem uma taxa de esclarecimento muito baixa dos roubos, dos furtos e dos homicídios. Essa taxa de esclarecimento dos crimes de homicídios que são notificados e que vão ser sentenciados no Judiciário, essa taxa de esclarecimento não é superior a 15%. Então temos uma impunidade muito grande, o que é um fator que estimula o bandido a continuar roubando, a continuar assaltando, a continuar matando. Isso é o resultado do que vemos aqui no Brasil, não só em Cuiabá, mas no restante do país esse cenário é o mesmo. A Polícia Judiciária Civil tem uma cultura muito de gabinete e pouca investigação de rua que consequentemente estimula a criminalidade principalmente contra o patrimônio e até mesmo contra a vida que é o crime mais grave. A taxa de esclarecimento da Polícia Civil é muito baixa no Brasil.

RHM: É possível que haja no Brasil uma cultura da violência? O que fazer para buscarmos uma cultura de Paz?

Quando se olha pra cultura brasileira vários autores identificam que de fato nós temos um passado marcado por autoritarismo e por aquilo que Adorno chama de violência endêmica fazendo partes das nossas relações sociais. O autoritarismo está presente pelo distanciamento que as elites sempre tiveram em relação ao povo brasileiro. A proclamação da República do Brasil existe enquanto ato simbólico de 1889, mas a efetivação do que é a representação pública ainda está distanciada das massas. As nossas elites econômicas e políticas sempre viram o povo como um

empecilho para o desenvolvimento e mantê-lo afastado das decisões parece que é uma estratégia utilizada há muito tempo no nosso país. Basta olhar para o nosso passado, o quanto houve de interrupção do regime democrático, do precário regime democrático que nós conquistamos a partir de 1889. A República Velha era a república dos coronéis. A República Nova era a república dos bacharéis. Getúlio Vargas representava esses bacharéis, representava a classe média e um empresariado emergente de formação urbana que continuou mantendo distante as massas da participação popular. Getúlio Vargas não se manteve distante, mas cooptou essas massas manobrando os sindicatos, manobrando os partidos políticos aos seus interesses e aos interesses dessa nova ordem que surgiu a partir da Revolução de 1930 e a partir do Estado Novo. Então, o Estado Novo retoma novamente o distanciamento do governo, distanciamento das elites das massas e começa de novo uma perseguição àqueles que queriam ter uma maior participação nas decisões do país e que reivindicavam políticas sociais para o conjunto das massas. Retomada a normalidade democrática em 1946, esta não durou 20 anos, em 1964 acontece outro golpe autoritário que durou mais 20 anos. Eu diria então que a cultura da violência acabou se impregnando nas formas de resolver os nossos conflitos, porque o Estado se distanciou das massas. Porque a Justiça se distanciou das massas, porque a nossa formação judaica cristã religiosa também foi muito pautada no patriarcalismo e também nessa ideia de que a educação é sinônimo de obediência a um superior, um superior hierárquico. Isso acabou dando um formato para nossa família e dando um formato para nossa sociedade como um todo, determinando como as instituições deveriam lidar com as massas e mantê-las distantes ou mantê-las mais afastadas do processo decisório, as elites entendiam que esse era o processo facilitador da gestão da coisa pública. Quando falamos em cultura de violência não podemos deixar esquecer que o problema não é só cultural, que o problema também é estrutural na nossa sociedade brasileira. Nós temos uma desigualdade social muito grande no nosso país, apesar de sermos a oitava economia do mundo, no que diz respeito à distribuição de renda estamos muitos distantes dos países que tem um índice de desenvolvimento considerado satisfatório, bom e elevado. Então, a desigualdade social acaba muitas vezes possibilitando que as pessoas vivam em contextos, em

ambientes, onde o poder público não se faz presente e, também, as políticas públicas não estão presentes e ali é um espaço, muitas vezes, facilitador dessa cultura da violência. Ambientes desorganizados, ambientes com uma estrutura social altamente hierarquizada, são ambientes propícios para o conflito e para a violência. No caso, Cuiabá reflete um pouco essa realidade, pois é uma cidade que até a década de 1970 era basicamente formada por pessoas que estavam aqui desde o século XVIII. Com a chegada da leva de imigrantes e com a introdução do agronegócio nos campos mato-grossenses toda a organização social tradicional foi desestruturada, originando outra estrutura social sem anteparo de política social pra habitação, pra saneamento, fornecimento de água, fornecimento de energia, para o trabalho, conseqüentemente isto explica em grande parte porque Cuiabá é uma cidade violenta. É a falta de organização do poder público, do espaço, do ambiente e a falta de oportunidade que essas pessoas não têm para se inserir nesse contexto e ter as suas participações de forma de satisfatória, saudável e integrada nas lógicas do desenvolvimento da cidade e do Estado. Penso que não é só uma cultura da violência que transforma Cuiabá numa das cidades mais violentas, existe uma cultura do descaso das autoridades em relação aos direitos e à organização dos espaços onde as pessoas vivem. Onde o espaço não está politicamente organizado, onde as massas e a população não são ouvidas e não participam das decisões, a sociedade começa a resolver os conflitos com base no emprego da força e da violência. Uma sociedade onde a Justiça não chega até os pobres; onde os pobres não encontram confiança para poder buscar a Justiça, vigora a ideia de “Justiça com as próprias mãos”. A sociedade que tem pouco controle sobre a atividade do cidadão e sem serviços públicos a lhe oferecer, ele resolve os seus problemas, os seus conflitos intersubjetivos pautado quase sempre no uso da força e da violência. Falta para chegarmos a uma cultura de Paz, uma cultura de um processo civilizatório, em que a gente se reconheça como cidadão e que as leis se apliquem igualmente para todos de tal forma que não sintamos excluídos do processo decisório e do processo civilizatório. É isso que vai gerar em nós uma cultura de Paz. Essa cultura de Paz tem que ser conquistada com a participação política e com o reconhecimento do cidadão como parte do processo civilizatório, como parte do processo de desenvolvimento da sociedade em que ele não pode ser

excluído politicamente, culturalmente, socialmente e economicamente desse processo decisório.

RHM: As críticas às ações policiais são frequentes e sempre vem à tona a formação do profissional de segurança pública. Diante do cenário atual brasileiro como formar esse cidadão no profissional desejado?

De fato a atividade policial é muito importante numa sociedade democrática. A formação do profissional da área de segurança pública é essencial, como é essencial para qualquer profissão. Um profissional altamente qualificado e conhecedor das suas responsabilidades diminui a probabilidade do erro ou prestação de serviço de baixa qualidade à sociedade. Claro que não podemos e não temos a pretensão de dizer que qualquer atividade não tenha erros. Todos em qualquer área da sociedade erram, é da natureza humana errar, mas cabe ao gestor dos recursos humanos desses profissionais fazer um acompanhamento de desempenho mais constante, uma avaliação constante das atividades desses profissionais pra redirecionar os seus quadros de acordo com suas habilidades, suas competências e ao mesmo tempo qualificar ou requalificar aqueles quadros que se encontram em descompasso daquilo que a sociedade espera de todo e qualquer profissional que é funcionário público, servidor público. A Polícia Militar de Mato Grosso em específico, bem como a Polícia Civil, tem dado grande importância para a formação e qualificação desses quadros para atuar dentro dos marcos das garantias legais previstos na nossa Constituição. Eu diria que o policial tem que se colocar no contexto dessas violências, dessas contrariedades, desses conflitos que ocorrem na sociedade, como um profissional que tem respostas para todos os desafios que estão colocados. Desde a violência contra criança, violência contra o idoso, violência no trânsito, violência contra o meio-ambiente, violência e maus tratos contra os animais, assim como essa violência que atinge o patrimônio e a vida das pessoas. Ele tem que estar preparado pelo menos para entender as variáveis que geram as condutas e os crimes, qual é o contexto que está por trás disso, quais as variáveis que estão por trás desse contexto. Entender que o crime não está vinculado apenas ao criminoso. Ele (criminoso) é apenas um aspecto dentro de uma realidade maior. O policial tem que

estar preparado, também, para a repressão, mas tem que estar preparado, também, para essa atividade de prevenção, porque não basta reprimir o crime, é preciso entender a dimensão da atividade policial. Ela apresenta uma ampla dimensão e envolve a dimensão que diz respeito a todas as subjetividades que está por trás da conduta do ser humano. Entender essa subjetividade, entender essa complexidade que é de lidar com o ser humano, facilita o diálogo, facilita o que a gente chama de mediação de conflitos, facilita a orientação e facilita inclusive a própria repressão quando você tem um diagnóstico das variáveis que estão provocando esse crime num determinado bairro, numa determinada cidade e em toda a dimensão do território do Estado de Mato Grosso. O desafio da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no meu modo de ver, está em compreender essa complexidade da sociedade do Mato Grosso. Somos uma sociedade que temos diversos problemas, como a maior parte da sociedade brasileira. Temos problemas sérios na fronteira com drogas, mas também temos sérios problemas de relacionamento dentro da família, violência doméstica. Temos problemas sérios em relação aos roubos e os furtos contra o patrimônio, assim como também temos sérios problemas em relação aos nossos homicídios. Então qual é o contexto que está proporcionando à manifestação de tudo isso? Como preparar os profissionais para atuar dentro desse contexto? Mais do que isso, o desafio da Polícia do Mato Grosso, e das demais polícias brasileiras, é de aprender a conviver dentro de uma cultura de planejamento, de gestão e de avaliação da prestação do serviço público. E isso ainda é muito baixo. A nossa competência gerencial dos recursos humanos e dos resultados que os recursos humanos apresentam ficam muito a desejar. Eu me refiro, por exemplo, qual é a avaliação que se tem ou qual é o plano do governo estadual em relação ao desempenho do delegado de polícia? Qual é a avaliação que se tem, por exemplo, em relação à gestão dos recursos humanos e desempenho de um comandante de área ou setor da Polícia Militar em relação ao seu setor? Quando você não tem o controle disso, quando não se avalia os resultados e se continua agindo como presenciamos temos um facilitador do “fazer mais do mesmo” ou queda na “zona de conforto” e achar que o problema da segurança pública se resume a mais homens, contratação de mais policiais, aquisição de mais viaturas, aquisição de mais armas e mais

equipamentos. Se você não souber ou não fizer a gestão dessas questões o resultado nunca será diferente daquilo que se faz com muita frequência. Concluindo nessa questão da gestão, do planejamento e ao mesmo tempo da avaliação de desempenho e dos resultados, enquanto o gestor político e o gestor público não estabelecerem metas, resultados a serem alcançados e não cobrar esses resultados das pessoas que têm a responsabilidade de pôr em prática as políticas públicas de segurança, tanto na área da prevenção quanto na área da repressão e na área da investigação; e enquanto também não tivermos uma reforma política que olhe para o nosso sistema prisional e para o nosso sistema judiciário, justiça criminal, os resultados, por mais que a Polícia Militar prenda, por mais que faça o seu trabalho, o resultado vai sempre ser desanimador. Porque o contexto, o sistema como um todo, acaba reproduzindo em grau ampliado a violência que já está posta na nossa sociedade. Acredito que a reforma tem que ser geral, não basta ser só da Polícia Militar ou da Polícia Civil, a reforma tem que atingir o sistema judiciário, o sistema penal, o sistema político como um todo, a nossa sociedade, para que tenhamos no futuro uma cultura de Paz e uma Polícia cada vez mais preparada, qualificada para atuar no contexto do respeito aos direitos humanos e na promoção da cidadania.

RHM: Professor, deixamos um espaço para suas considerações derradeiras ou para abordar um assunto que não foi posto nos quesitos propostos.

O que está em discussão no nosso modelo de segurança é exatamente fazer com que essas reformas atinjam todo o sistema de segurança pública e todo o sistema criminal. Enquanto tivermos o ciclo de polícia da forma como se encontra atualmente com duas organizações ou duas instituições de controle da violência, agindo de forma desarticulada, nós não vamos produzir resultados mais significativos do que estes que já estão colocados no atual momento. Penso que o constituinte encontra agora um bom momento para realizar a reforma do artigo 23 e 144 da Constituição no que diz respeito à segurança e às responsabilidades sobre essa segurança pública. Mas também acho que é um bom momento de pensarmos na reforma da política partidária; um bom momento para se pensar na reforma fiscal; um bom momento de

se pensar na reforma tributária; um bom momento de se pensar na reforma do Judiciário como um todo; um momento de reformular as estruturas de poder do nosso País. Porque são essas estruturas de poder que vão dar a base legal e a sustentação moral e ética para que a gente comece a construir outra cultura que contraponha à cultura da violência e que contraponha a uma cultura da ineficiência das políticas públicas do Estado que é muito pesado e produz poucos resultados efetivos em termos de serviços para o cidadão. Esses são os desafios que estão postos para os governantes e nós, como cidadãos, temos que continuar cobrando essas reformas e que elas não atinjam única e exclusivamente as polícias, elas têm que atingir todo o sistema político e todo o sistema judiciário do nosso país, para que tenhamos uma cultura de segurança e de Paz mais promissora pra daqui ao final desse século.

RHM: Grato pela atenção e pelas palavras, professor!